bro de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3276995, 4519294 e 3277092, *Ibuprofeno Mepha 800, comprimido de libertação modificada 800 mg*, concedida em 21 de Setembro de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4533790 e 3277399, *Hipopril 5, comprimido 5 mg*, concedida em 17 de Abril de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2703890, 2703999 e 4515490, *Hipopril 10, comprimido 10 mg*, concedida em 17 de Abril de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2704096, 2704195 e 4515599, *Hipopril 20, comprimido 20 mg*, concedida em 17 de Abril de 1998, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4515698, 2704294, 4515797 e 2704393, *Furon-20, cápsula gastro-resistente 20 mg*, concedida em 23 de Dezembro de 1999, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3069796, 3069895, 3069994 e 3070091, *Captopril Mepha 25, comprimido 25 mg*, concedida em 28 de Setembro de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4676292, 3315793, 4676391 e 4676490, *Captopril Mepha 50, comprimido 50 mg*, concedida em 28 de Setembro de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3315892, 4676599 e 4676698, *AzAMYCIN, pó para solução oral 40 mg/ml*, concedida em 30 de Junho de 2003, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4489795 e 4489894, *Binasil-5, comprimido 5 mg*, concedida em 4 de Agosto de 2003, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4763793, 4763892, 4763991 e 4764098, *Binasil-20, comprimidos 20 mg*, concedida em 4 de Agosto de 2003, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4764197, 4764296, 4764395 e 4764494, *Pronidal-100, comprimido 100 mg*, concedida em 3 de Março de 2001, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4533097, 3310299, 4533196 e 3310398, *Pronidal-100, granulado para suspensão oral 100 mg*, concedida em 3 de Março de 2001, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4533295, 3310497, 4533394 e 4533493, *Pronidal-200, supositórios 200 mg*, concedida em 3 de Março de 2001, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3310596, *Ketomicol, comprimido 200 mg*, concedida em 22 de Outubro de 1992, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4554192, 2145290, 4554291 e 2145399, *Olfen-150 SR Depotabs, comprimido de libertação modificada 150 mg*, concedida em 21 de Setembro de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 4532594, 3276698 e 4532693, *Olfen, supositórios 50 mg*, concedida em 15 de Maio de 1991, consubstanciada na autorização com o registo n.º 8785618, *Petinex Creme, creme 20 mg/g*, concedida em 22 de Novembro de 2000, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3372190 e 3372299, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

27 de Junho de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Fariz Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 990/2005. — A firma CLINTEX — Produtos Farmacêuticos, L.ª, titular das autorizações de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Tareg, Cápsula 80 mg*, concedida em 15 de Março de 1999, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2890986 e 2891083, e *Tareg, Cápsula 160 mg*, concedida em 15 de Março de 1999, consubstanciada na autorização com o registo n.º 2891182, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

27 de Junho de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 991/2005. — A firma CIPAN — Companhia Industrial Produtora de Antibióticos, S. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Rifam, Cápsula 150 mg*, concedida em 24 de Janeiro de 1972, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9309005, 9309039, 4648697, 4648796 e 9309047, *Cipancin, Cápsula 50 mg*, concedida em 19 de Julho de 1995, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2304194 e 4646493, e *Cipancin, Cápsula 100 mg*, concedida em 19 de Julho

de 1995, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2304293 e 4646592, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

27 de Junho de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 992/2005. — A firma Lilly Farma — Produtos Farmacêuticos, L.ª, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Cefrina, Pó e Solvente para Solução Injectável 1000 mg/4 ml*, concedida em 15 de Janeiro de 1976, consubstanciada na autorização com o registo n.º 9436956, requereu ao INFARMED a revogação do mesmo.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

27 de Junho de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

Deliberação n.º 993/2005. — A firma Therabel Pharma, N. V., titular das autorizações de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Theradol, solução injectável, 100 mg/2 ml*, concedida em 7 de Fevereiro de 1997, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3462280 e 2492080, *Theradol, solução oral 100 mg/ml*, concedida em 7 de Fevereiro de 1997, consubstanciada na autorização com o registo n.º 2492288, *Theradol, supositórios, 100 mg*, concedida em 7 de Fevereiro de 1997, consubstanciada na autorização com o registo n.º 2492387, e *Theradol, cápsula, 50 mg*, concedida em 7 de Fevereiro de 1997, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 2492189, 3461985, 3288180, 3462082 e 3462181, requereu ao INFARMED a revogação dos mesmos.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo o conselho de administração do INFARMED delibera revogar as AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

27 de Junho de 2005. — O Conselho de Administração: *Rui Santos Ivo*, presidente — *António Faria Vaz*, vice-presidente — *Manuel M. Neves Dias*, vogal — *Alexandra Bordalo*, vogal.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 15 790/2005 (2.ª série). — Por despacho da Ministra da Cultura de 5 de Maio de 2005 é atribuída a medalha de Mérito Cultural ao poeta, ficcionista e dramaturgo Jaime Salazar Sampaio, em reconhecimento pelo inestimável trabalho de uma vida dedicada ao teatro, às letras e à Cultura Portuguesa, ao longo de 60 anos, e na ocasião em que comemora o seu 80.º aniversário.

4 de Julho de 2005. — A Secretária-Geral, *Fernanda Soares Heitor*.

Biblioteca Nacional

Rectificação n.º 1251/2005. — Por ter sido publicado com inexactidão o despacho (extracto) n.º 14 130/2005 (2.ª série), no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 121, de 27 de Junho de 2005, a p. 9360, rectifica-se que onde se lê:

«1 — [...] Finalmente sublinha-se a experiência de gestão, de coordenação de equipas interdisciplinares e participação em processos de cooperação interinstitucional.

2 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço, a partir da data do despacho de nomeação, data a partir da qual produz efeitos.»

deve ler-se:

«1 — [...] Finalmente sublinha-se a experiência de gestão, de coordenação de equipas interdisciplinares e participação em processos de cooperação interinstitucional.

1 de Julho de 2005. — O Director, *Diogo Pires Aurélio*.

2 — Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a presente nomeação é feita por urgente conveniência de serviço, a partir da data do despacho de nomeação, data a partir da qual produz efeitos.»

5 de Julho de 2005. — Pelo Director, o Director de Serviços de Administração Geral, *Abel Martins*.

Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema

Despacho n.º 15 791/2005 (2.ª série). — *Delegação de funções.* — Ao abrigo das disposições constantes dos artigos 35.º e 40.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 2 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 165/97, de 28 de Junho, durante a minha ausência em serviço entre os dias 2 e 10 de Julho inclusive, delego as funções que me estão confiadas, enquanto presidente da direcção da Cinemateca Portuguesa — Museu do Cinema, no vogal da direcção Dr. Rui Santana Brito.

Desta delegação, exceptuo apenas a cedência de instalações a terceiros, que terá sempre de ser submetida à minha aprovação.

30 de Junho de 2005. — O Presidente, *João Bénard da Costa*.

Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo

Despacho (extracto) n.º 15 792/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Janeiro de 2003 do subdirector do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, por delegação:

Maria Teresa de Sampaio Pinto de Almeida de Araújo, técnica auxiliar principal, da carreira de conservação e restauro, do quadro de pessoal da Academia de Ciências de Lisboa — nomeada definitivamente, precedendo concurso, técnica profissional especialista principal da carreira de técnico profissional de conservação e restauro de documentos gráficos do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, de acordo com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro.

4 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.

Despacho (extracto) n.º 15 793/2005 (2.ª série). — Por despacho de 24 de Junho de 2005 do subdirector do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, por delegação:

Honorato Manuel Prêdo Pires, assistente administrativo principal, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo — autorizado a gozar licença especial para assistência a filho menor, pelo período de dois anos, a partir de 28 de Julho de 2005, inclusive. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Julho de 2005. — O Director-Geral, *Pedro Dias*.

Instituto Português de Museus

Despacho (extracto) n.º 15 794/2005 (2.ª série). — Por despacho do director de 20 de Junho de 2005, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, e obtido o parecer favorável da Secretária-Geral do Ministério da Cultura, procede-se à reclassificação da seguinte funcionária:

Maria Cândida Franco Caldeira, vigilante-recepcionista de 2.ª classe, da carreira de vigilante-recepcionista, posicionada no escalão 1, índice 199, para a categoria de técnica profissional de 2.ª classe, da carreira técnica profissional de biblioteca e documentação, no mesmo escalão e índice, em lugar vago no quadro de pessoal do Museu Nacional do Traje, com efeitos à data da publicação.

21 de Junho de 2005. — A Directora dos Serviços Administrativos, *Adília Crespo*.

Instituto Português do Património Arquitectónico

Despacho (extracto) n.º 15 795/2005 (2.ª série). — Por despacho de 27 de Junho de 2005 do presidente deste Instituto:

Rui Manuel Cordeiro de Vieira Casquilho, docente do quadro de nomeação definitiva na Escola Secundária Elias Garcia, Sobreda da Caparica — nomeado, em regime de substituição, director do Mosteiro de Alcobaça, com efeitos a 28 de Junho de 2005.

6 de Julho de 2005. — A Vice-Presidente, *Rosa Amora*.

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Despacho (extracto) n.º 15 796/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 5 de Julho de 2005, no uso de competência delegada:

Dr. Armindo Costa, juiz desembargador do Tribunal da Relação do Porto — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilção. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

5 de Julho de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

Despacho (extracto) n.º 15 797/2005 (2.ª série). — Por despacho do vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura de 6 de Julho de 2005, no uso de competência delegada:

Dr. António de Paiva Gonçalves, juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça — desligado do serviço para efeitos de aposentação/jubilção. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Julho de 2005. — O Juiz-Secretário, *Paulo Guerra*.

UNIVERSIDADE ABERTA

Despacho (extracto) n.º 15 798/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 27 de Junho do corrente ano:

Doutor Mário Jorge Edmundo, assistente com contrato administrativo de provimento nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 28 de Julho a 4 de Agosto do corrente ano.

8 de Julho de 2005. — A Administradora, *Alexandra Sevinate Pontes*.

Despacho (extracto) n.º 15 799/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 6 de Julho do corrente ano:

Doutora Isabel Maria de Barros Dias, professora auxiliar de nomeação provisória, com contrato administrativo de provimento nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 14 a 23 de Julho do corrente ano.

7 de Julho de 2005. — A Administradora, *Alexandra Sevinate Pontes*.

Despacho (extracto) n.º 15 800/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 6 de Julho do corrente ano:

Doutora Adelaide Pacheco Lopes Pereira Millán da Costa, professora auxiliar de nomeação provisória, com contrato administrativo de provimento nesta Universidade — concedida equiparação a bolseiro fora do País, no período de 9 a 14 de Julho do corrente ano.

7 de Julho de 2005. — A Administradora, *Alexandra Sevinate Pontes*.

Despacho (extracto) n.º 15 801/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 5 de Abril de 2005:

Mestre António Eduardo Pais Falcão Barbosa Martins, assistente, em regime de tempo integral, com contrato administrativo de provimento, de substituição, nesta Universidade — caducando o respectivo contrato com efeitos a partir de 30 de Julho de 2005, por ter regressado o substituído. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

7 de Julho de 2005. — A Administradora, *Alexandra Sevinate Pontes*.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES

Despacho n.º 15 802/2005 (2.ª série). — Por despacho do reitor da Universidade dos Açores de 21 de Junho de 2005:

Carlos Alberto Gomes Ribeiro, professor auxiliar da Universidade dos Açores — concedida a equiparação a bolseiro no estrangeiro